



## SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA XXVIII SIC

paz no plural



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2016: SIC - XXVIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2016
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	A Defensoria Pública da União entre as interfaces do Acesso à Justiça e da Judicialização de Políticas Sociais
<b>Autor</b>	LEONARDO GELISKI
<b>Orientador</b>	LIGIA MORI MADEIRA

**Título:** A Defensoria Pública da União entre as interfaces do Acesso à Justiça e da Judicialização de Políticas Sociais

**Autor:** Leonardo Geliski<sup>1</sup>

**Orientadora:** Lígia Mori Madeira<sup>2</sup>

**Instituição de Origem:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

A pesquisa “A Defensoria Pública da União entre as interfaces do Acesso à Justiça e da Judicialização de Políticas Sociais” se constitui como um dos eixos de estudo do projeto “Políticas Sociais no Sistema de Justiça Brasileiro: instituições, atores e práticas”, tendo como principais objetivos: traçar o perfil da atuação da Defensoria Pública da União (DPU) na judicialização da política sociais nos Tribunais Regionais Federais (TRFs -TRF1, TRF2, TRF3, TRF4 e TRF5), bem como identificar o seu papel como instituição atora implementadora de uma das políticas de acesso à justiça, qual seja, o acesso ao Poder Judiciário e a defesa de direitos sociais e econômicos (*SER – Social and Economic Rights*).

Em outro plano, buscar-se-á desmembrar a unidade de análise “DPU” em atores que compõe a instituição, ou seja, estudar-se-á os defensores públicos e o seu papel individualizado nas demandas de judicialização de políticas sociais. Deste modo, analisa-se o macrosistema da DPU, enquanto instituição, e o seu microsistema, a atuação dos defensores que a compõe.

Neste trabalho, a metodologia empregada segue a estratégia de triangulação, de modo que se analisa o banco de decisões construído na pesquisa “Políticas Sociais no Sistema de Justiça Brasileiro: instituições, atores e práticas” a partir dos métodos qualitativo (identificação dos argumentos utilizados pela DPU nas demandas judiciais) e quantitativo (inferência descritiva decisões judiciais). Outra etapa da pesquisa, constitui-se na realização de entrevistas com defensores públicos da União das unidades federativas, a fim de complementar as informações extraídas do banco de dados, bem como, mapear o arranjo estrutural de cada defensoria, nas regiões correspondente aos TRFs. A análise qualitativa é realizada através do software *Nvivo* e a quantitativa por meio do software *SPSS*.

A base teórica da pesquisa se divide em três eixos: (1) Atuação do Poder Judiciário e da Judicialização de Políticas Sociais – poder judiciário e ciência política (TATE e VALLINDER, 1995; GUARNIERI e PEDERZOLI, 2002), *courting justice* (BRINKS e GAURI, 2008, 2012; BRINKS e FORBATH, 2013), judicialização das políticas públicas (; HOFFMANN e BENTES, 2012; FERRAZ, 2009, 2011); (2) Acesso à Justiça, Direitos Humanos e Defensorias Públicas – acesso à justiça (CAPPELLETTI e GARTH, 2002; SRJ/MJ, 2013 e 2014), Direitos Sociais e Econômicos (DEAN, 2015) e defensorias públicas (SMULOVITZ, 2012; MOURA et al., 2013; MADEIRA, 2014; GONÇALVES, BRITO e FILGUEIRA, 2015); (3) Sistema de Justiça Brasileiro – Poder Judiciário (ARANTES, 2015; DA ROS, 2015) e Judicialização da política no Brasil (AVRITZER e MARONA, 2014; TAYLOR, 2007; ENGELMANN e CUNHA FILHO, 2013).

Como resultados preliminares, verifica-se que a inserção da DPU como um dos principais atores nas demandas de judicialização das políticas sociais no âmbito dos TRFs, exercendo o papel de procuradora dos assistidos que demandam acesso aos seus direitos econômicos e sociais (atuação que representa 43,2% dos casos dos TRF1, TRF2 e TRF3), bem como a função de autora em ações civis públicas (ACPs).

---

<sup>1</sup> Mestrando em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFRGS. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). Graduando em Políticas Públicas pela UFRGS.

<sup>2</sup> Professora dos Programas de de Pós-Graduação em Ciência Política e em Políticas Públicas da UFRGS. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Direito, Instituições e Políticas Públicas (NEDIPP).